



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

SENTENÇA

Processo nº: **0004519-18.2013.8.26.0566**
 Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Compromisso**
 Requerente: **Adriana Maciel Tozo Restaurante Me**
 Requerido: **Vetro Industria Comercio e Serviços**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Silvio Moura Sales**

Vistos.

Fls. 41/45: trata-se de impugnação a bloqueios de importâncias levados a cabo em fase de cumprimento de sentença.

Sustenta a impugnante que se encontra em regime de recuperação judicial, de sorte que a ação deveria ter o seu prosseguimento suspenso, incumbindo à impugnada postular o recebimento de seu crédito nos autos em que se processa a aludida recuperação judicial.

Invocou também em seu favor o conteúdo do Enunciado nº 51 do FONAJE.

DECIDO.

Comprovou-se a fl. 46 que por decisão disponibilizada no DJE de 15 de julho de 2013 foi deferido o processamento da recuperação judicial da impugnante requerida em 19 de outubro de 2012.

De outra parte, é certo que a presente ação foi distribuída em 26 de março de 2013, sobrevivendo no dia 12 de julho seguinte a sentença de fls. 25/26 por intermédio da qual a impugnante foi condenada ao pagamento da quantia de R\$ 19.979,00.

Tal decisório foi disponibilizado no DJE de 18 de julho, o que conduz à certeza de que à minguia de interposição de recurso ele transitou em julgado em data posterior.

O quadro delineado impõe a rejeição da impugnação ofertada.

Com efeito, é certo que até o trânsito em julgado da sentença de fls. 25/26 não se cogitava de crédito formalizado em prol da impugnada, o que se implementou somente a partir daquele parâmetro temporal.

Tendo em vista que isso sucedeu após ser deferido o processamento da recuperação judicial da impugnante, transparece certo que o crédito em apreço não é afetado por essa medida, a qual contempla apenas aos credores já existentes à época da formalização do pleito na esteira do art. 49, caput, da Lei nº 11.101/05.

O Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo já se pronunciou reiteradamente esposando esse entendimento:

“Cobrança. Fase de cumprimento. Empresa-ré em regime de recuperação judicial. Extinção da execução com fundamento na novação do artigo 59 da Lei 11.101/05. Inviabilidade. Créditos constituídos após o pleito de recuperação judicial. Embora a ação de cobrança tenha sido ajuizada antes da recuperação, os créditos só foram constituídos com o trânsito em julgado. A 'res judicata' estabelece o montante devido, antes existe, apenas, expectativa do direito. Precedentes. Mister o prosseguimento da execução. Sentença anulada. Recurso provido” (“Apelação nº



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

0010845-54.2001.8.26.0100, 22ª Câmara de Direito Privado, rel. Des. **SÉRGIO RUI**, j. 12/12/2013)

"CUMPRIMENTO DE SENTENÇA - Constituição de crédito após pedido de recuperação judicial - Impossibilidade de suspensão da execução do crédito - Observância de que a recuperação judicial atinge apenas os credores existentes ao tempo da impetração do benefício - Inteligência dos artigos 49 e 59 da Lei nº 11.101/2005 - Recurso provido" (Agravado de Instrumento nº 0021497-22.2013.8.26.0000, 17ª Câmara de Direito Privado, rel. Des. **PAULO PASTORE FILHO**, j.: 24.04.13).

"Cobrança - Contrato de prestação de serviços de informática - Empresa devedora em recuperação judicial - Habilitação do crédito no plano de recuperação judicial - Desnecessidade - A recuperação judicial atinge apenas os credores existentes ao tempo da impetração do benefício - Constituição do crédito da autora que depende do trânsito em julgado da sentença condenatória - Trata-se de crédito superveniente ao pedido de recuperação e, portanto, não sujeito ao plano de recuperação judicial aprovado em juízo Inteligência dos arts. 49 e 59 da Lei 11.101/2005" (Apelação nº 011518690.2008.8.26.0002, 13ª Câmara de Direito Privado, rel. Des. **FRANCISCO GIAQUINTO**, j. 21/03/2012).

"AGRAVO DE INSTRUMENTO. SEGURO DE VEÍCULO. Pretensão de extinção da execução e inscrição do crédito da agravada no processo de recuperação judicial. Impossibilidade. Pedido de recuperação judicial anterior à constituição do crédito originado após o trânsito em julgado da decisão condenatória. Decisão mantida. Recurso não provido" (Agravado de Instrumento nº 0016800-26.2011.8.26.0000, 25ª Câmara de Direito Privado, rel. Des. **MARCONDES D'ÂNGELO**, j. 25/05/2011).

Tal orientação aplica-se com justeza à espécie dos autos, firmando a convicção de que pelas peculiaridades ressaltadas o crédito da impugnada não está sujeito à recuperação judicial da impugnante, não incidindo bem por isso a regra do Enunciado nº 51 do FONAJE.

Isto posto, **REJEITO** a impugnação ofertada e, reconhecendo a regularidade dos bloqueios de fls. 36/37, determino a expedição de mandado de levantamento das importâncias a eles relativas em favor da impugnada.

Oportunamente, manifeste-se a impugnada sobre o prosseguimento do feito.

P.R.I.

São Carlos, 29 de janeiro de 2014.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA